JUNHO 2023

e·pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

Armindo Monteiro

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

apifarma
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Índice

EDITORIAL ____ 03

À CONVERSA COM... ____ 04
Armindo Monteiro, Presidente da Confederação Empresarial de Portugal

NOTÍCIAS ____ 09

PODCAST ____ 15

ENTREVISTA ____ 16

AGENDA ____ 17

LEGISLAÇÃO ____ 18

PHARMA EM NÚMEROS ____ 19

Uma relação de 7-sete-7 anos

| Maria Flor Pedroso
Presidente do Clube de Jornalistas

Por estes dias quentes de Julho, dia 14, estamos a fazer 7 anos de relação entre o Clube de Jornalistas e a APIFARMA: uma relação estável, proveitosa e gostosa. E não, não estamos na crise dos 7 anos, antes pelo contrário! Se a missão da Indústria Farmacêutica é a de inovar, desenvolver terapêuticas e medicamentos para responder às novas doenças para melhorar a vida das pessoas, a missão do jornalismo é contar como é que se chega lá, se os meios conseguem chegar, e se as pessoas estão a fazer o que é preciso, como poderiam estar a fazer melhor ou o que lhes falta para ser melhor. A nossa chave são as perguntas de sempre: o quê, quem, como e porquê, onde e quando.

Foi esta a visão que tiveram João Almeida Lopes e Mário Zambujal quando, há 7 anos, a APIFARMA quis aprofundar o seu papel como parceiro social activo e dar um contributo decisivo para a vitalidade do projecto Clube de Jornalistas, que este ano celebra 40.

Hoje, 7 anos depois, já não passamos um sem o outro. E que maneira mais feliz que não a de celebrar com o melhor jornalismo, num país que precisa cada vez mais de Saúde porque envelhece mais depressa do que os outros e de mais atenção à sua saúde, para que possa ser sempre melhor. Se quisermos fazer o balanço e perceber o que já alcançámos, podemos olhar para o fruto dos nossos 7 anos de relação e realçar os temas que marcaram estes anos e que passaram pelo crivo do júri multidisciplinar que escolhe os trabalhos premiados.

Desde um raio-x ao Serviço Nacional de Saúde, saber se temos médicos a mais ou a menos, ao transplante de órgãos em Portugal, ao tratamento das doenças mentais, à diabetes como ameaça silenciosa, ao Alzheimer que é uma doença esquecida pela Europa, aos que renasceram depois do cancro, aos que foram vítimas de mal-entendido por doenças a que chamamos cancro, aos que não conseguem sair do círculo da dor, aos que cuidam dos nossos mais velhos, aos que conseguiram deixar o manicómio, aos que vivem no coração de um hospital, aos que têm medo de dormir porque podem morrer, aos heróis da linha da frente na época da COVID quando tivemos de nos deparar com um diário da nossa pandemia, com a alegria de estarmos vivos ou como ficámos a saber que a primeira COVID chegou a Portugal numa fábrica de sapatos, ou como depois da pandemia vamos encarar o SNS e a saúde pública, ou como se arranjaram maestros para sabermos o que fazer com as nossas emoções, ou como ainda há aqueles que são apontados a dedo porque têm SIDA, como há uma COVID longa que teima em não sair ou como o ventilador se tornou uma máquina de salvar vidas, ou como há tiques que não nos definem, porque somos únicos e singulares e nos focamos na ciência da concentração, porque queremos que nos escutem, por favor para que haja uma redução de danos entre a droga e a vida e que seja possível celebrar os 15 anos de uma lei que tirou as mulheres dos bancos dos réus com o aborto seguro em Portugal.

Nestes últimos anos da nossa relação fomos mais longe e criámos dois prémios, um para distinguir a carreira jornalística de quem fez e faz da saúde a sua especialidade, outro para as novas formas de fazer saúde. Agora, só queremos continuar.

"O país e a Europa precisam de uma Indústria Farmacêutica forte"

à conversa com... Armindo Monteiro

A necessidade de criar condições para a existência em Portugal de uma Indústria Farmacêutica forte é destacada nesta entrevista pelo Presidente da Confederação Empresarial de Portugal, Armindo Monteiro. "O país e a Europa precisam de uma Indústria Farmacêutica forte", afirma, acrescentando que "é necessário criar condições para o investimento, é preciso instituir um ambiente de confiança, consistência e previsibilidade que permita desenvolver a plena capacidade deste sector". Ainda quanto ao sector da saúde, Armindo Monteiro destaca também a importância da digitalização, uma "necessidade imprescindível" que não pode continuar adiada.

INICIOU RECENTEMENTE O SEU MANDATO COMO PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL. QUAL É O GRANDE OBJECTIVO PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

O grande desafio para o mandato da nova direcção da Confederação é claro: contribuir para criar as soluções que permitam às empresas desenvolverem o seu pleno potencial enquanto motor da economia, afirmando as capacidades existentes no país, não apenas em Portugal, mas na União Europeia.

Portugal tem sido uma espécie de carro-vassoura da União Europeia. Estamos cada vez mais afastados dos seus níveis médios de criação de riqueza e rendimentos, o que, para nós, Confederação, é totalmente inaceitável.

Temos excelentes exemplos de empresas de sucesso, que geram riqueza a nível nacional e nas comunidades onde estão inseridas. Portugal tem de, rapidamente, criar as condições que permitam alavancar esta criação de valor, o que implica aumentar a produtividade e a eficácia do Estado.

Considero que alcançar este objectivo– que deveria ser um desígnio nacional– passa também por desenvolver uma cultura de compromisso, de construção de soluções que permitam dar espaço aos agentes económicos para fazerem o que melhor sabem: fortalecer a economia, gerar empregos, aumentar as exportações e contribuir para o desenvolvimento local e nacional.

Um sector empresarial mais forte gera uma economia mais forte, um país mais forte, um país com maior crescimento económico, mais próspero e com menores desigualdades.

A Confederação estará sempre na linha da frente da criação de soluções para alcançar estes objectivos e no combate aos constrangimentos que impedem a plena afirmação do potencial produtivo e transformador das empresas e dos empresários em Portugal.

O QUE SIGNIFICA "DAR ESPAÇO AOS AGENTES ECONÓMICOS"? DIMINUIR A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA?

Em Portugal existe uma relação de subserviência com o Estado que queremos ultrapassar. O Estado ainda é o principal empregador e comprador, o que é sinónimo de um país com um sector económico que está longe de desenvolver o seu pleno potencial gerador de riqueza, de emprego, de inovação. No fundo, de resposta às necessidades de desenvolvimento social do país.

A carga da burocracia, da incerteza, da fiscalidade, do foco no controlo estatal, tem de ser substituída por uma aposta num Estado mais ágil e eficiente, orientado para a simplificação administrativa e para a facilitação de soluções.

O Estado deve ser um parceiro activo do desenvolvimento económico, do livre empreendedorismo, da produção de riqueza e respeitador da importância da iniciativa privada para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

Como já afirmei, a Confederação estará sempre disponível para a criação de soluções que vão ao encontro destes objectivos, que consideramos essenciais.

COMO AVALIA A IMPORTÂNCIA DO SECTOR DA SAÚDE PARA A ECONOMIA PORTUGUESA?

O sector da saúde é absolutamente vital para a economia, com um impacto que vai dos ganhos em saúde para as pessoas, à riqueza que gera para o país, aos bens de valor acrescentado que produz e ao emprego qualificado que cria.

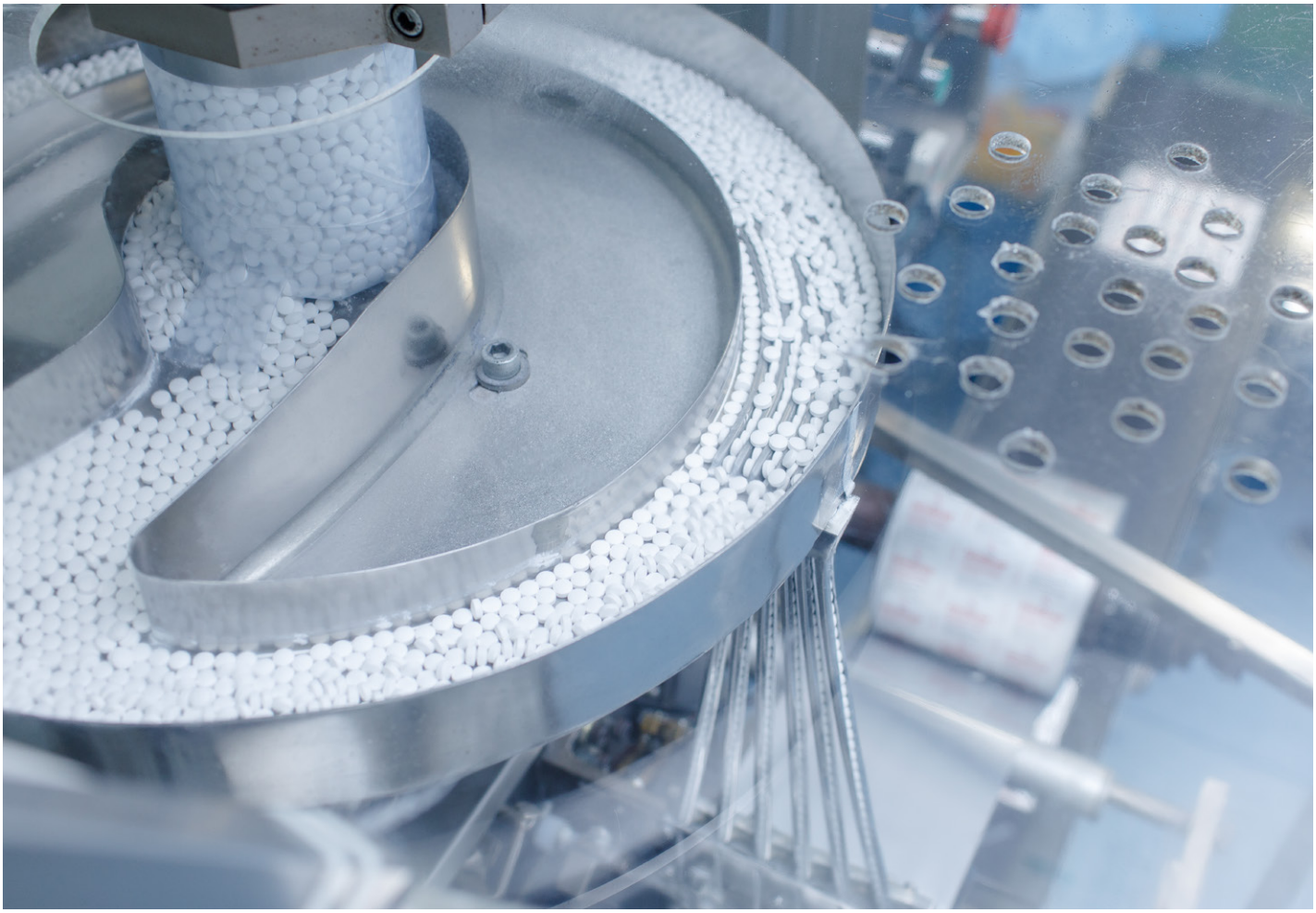
É não só importante para a economia, mas essencial para o país e para a Europa– como recentemente a pandemia COVID-19 veio evidenciar– e deve, por isso, constituir uma prioridade nacional.

Pela sua importância na economia, a Confederação criou um Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar, organismo que estabeleceu uma colaboração com a Informa D&B para traçar um retrato deste sector em Portugal.

O estudo, elaborado com base nos documentos de prestação de contas do exercício de 2021, mostra-nos bem o impacto económico directo do sector privado da saúde no país: é constituído por mais de 30 mil empresas e emprega mais de 140 mil pessoas.

Em 2021, o valor das suas actividades foi de 22 mil milhões de euros, com um valor acrescentado bruto de 6,3 mil milhões de euros para o país e o pagamento de cerca de 1.000 milhões de euros de IRC e contribuições para a Segurança Social.

Estes dados não reflectem, porém, a totalidade do sector, pois esta análise incidiu sobre as empresas com



CAE principal identificado como saúde, o que não inclui, por exemplo, as *start-ups* na área das Tecnologias da Informação, algumas com sucesso global, que estão relacionadas com o desenvolvimento de aplicações que configuram a categoria de dispositivos médicos.

O sector da saúde é um investimento com múltiplos ganhos para o país que nos permite ter acesso à inovação e à investigação, a cuidados médicos, medicamentos e terapias que fazem a diferença na vida das pessoas.

EM PARTICULAR QUANTO À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, QUAL É O SEU IMPACTO ECONÓMICO NO PAÍS?

A Indústria Farmacêutica tem um enorme valor acrescentado para o país. Em primeiro lugar, pelos ganhos em saúde que os medicamentos e diagnósticos *in vitro* geram na população, sendo, por isso, um sector absolutamente estratégico para Portugal e para a Europa.

Os medicamentos permitem que as pessoas vivam mais e com mais saúde, tendo acrescentado 2 milhões de anos de vida saudável a Portugal, que podem ser avaliados em até 80 mil milhões de euros. Este factor é especialmente importante num momento histórico de aumento generalizado da esperança de vida, o que implica um envelhecimento com qualidade e saúde. Também em desafios como a pandemia da COVID-19 se percebeu bem a importância do sector farmacêutico e o impacto da inovação que promove para a retoma da economia.

Esta indústria tem, igualmente, um impacto muito significativo no PIB, de cerca de 2,3%. É também uma actividade de alto valor acrescentado, com uma produtividade no PIB de cerca de 2,1; noto que a média de todos os sectores é de 1,9.

A Indústria Farmacêutica é um sector muito exigente, responsável por gerar emprego altamente qualificado, pela promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico. A sua capacidade de atracção de grandes *players* internacionais e de estímulo à indústria nacional coloca-o como um sector de valor económico e social indiscutível.

O País e a Europa precisam de uma Indústria Farmacêutica forte, sendo esta um elemento essencial no objectivo de reindustrialização da União Europeia – os

últimos tempos bem nos têm demonstrado os riscos da excessiva deslocalização da indústria. Aliás, a reindustrialização da Europa é uma oportunidade para apostar na produção de matérias-primas e componentes na UE e em Portugal, o que daria um importante contributo para reduzir a actual dependência de mercados como a China e a Índia.

O QUE É NECESSÁRIO ACONTECER PARA DESENVOLVER O POTENCIAL ECONÓMICO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA?

Em Portugal existe o conhecimento técnico-científico, a competência e a capacidade de inovação que permite à Indústria Farmacêutica contribuir para a resiliência nacional e europeia em termos de medicamentos e dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro*.

Não faltam projectos, vontade de fazer mais e melhor, mas é necessário criar condições para o investimento, é preciso instituir um ambiente de confiança, consistência e previsibilidade que permita desenvolver a plena capacidade deste sector, repito, estratégico a nível nacional e europeu.

Uma vez mais, o Estado tem de ter um papel facilitador. Têm sido dados passos para reconhecer a relevância económica da Indústria Farmacêutica, mas é preciso aprofundar o conceito de "Saúde para todas as políticas". Neste sector é crucial uma união de esforços em várias áreas da governação, criando as condições para que possa crescer de forma sólida e aumentar a sua competitividade e produtividade, garantindo uma melhor oferta às populações, maior produção de riqueza, aumento de rendimentos das empresas e dos seus trabalhadores, retendo e atraindo talentos a Portugal.

A TRANSIÇÃO DE PORTUGAL PARA UM PAÍS MAIS DIGITAL É UM IMPERATIVO. TEM HAVIDO AVANÇOS NESTE DOMÍNIO NO SECTOR DA SAÚDE?

A digitalização é um meio para prestar melhores cuidados de saúde, contribuindo para colocar as pessoas no centro destes cuidados. A importância da promoção da saúde digital tem sido defendida pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu, e também o Ministro da Saúde já disse que a digitalização é determinante para a sustentabilidade do SNS.

Iria mais longe: a digitalização, além de permitir a prestação de melhores cuidados e da

sustentabilidade dos sistemas de saúde, possibilita o desenvolvimento económico do sector.

Infelizmente, a realidade não tem acompanhado estas boas intenções. A transição digital foi, e bem, definida como um dos pilares do Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030 e consideramos imperativo não desperdiçar a oportunidade para fazer uma "revolução digital" no sector da saúde.

Há situações que nos causam uma enorme perplexidade, como o facto de no SNS, e até no mesmo hospital, haver sistemas informáticos que não comunicam uns com os outros. Há problemas com o parque informático, em muitas instituições obsoleto e dificultando a prestação de serviços. Atrasam-se consultas, respostas e tratamentos que, em saúde, não podem esperar, num caso gritante do velho provérbio "o barato sai caro".

Sabemos como resolver estes problemas, há bons exemplos em Portugal e no mundo, há capacidade financeira para avançar. Não podemos adiar mais esta necessidade imprescindível. Dou um exemplo: foi feito

um bom trabalho de digitalização de toda a nossa informação fiscal, porque não pode acontecer o mesmo com a nossa informação clínica?

É URGENTE ACELERAR A CRIAÇÃO DO REGISTO DE SAÚDE ELETRÓNICO ÚNICO?

Absolutamente urgente. É essencial tornar as pessoas donas dos seus dados clínicos.

A informação clínica tem de acompanhar o doente, independentemente do prestador que escolha num determinado momento, quer seja público, privado ou social.

Uma aplicação simples permite armazenar as informações de saúde de cada cidadão, contendo as suas informações clínicas, os resultados dos meios complementares de diagnóstico e a sua terapêutica, com todas as garantias de segurança dos dados e consentimento dos cidadãos.

Esta informação clínica é essencial para a prestação de melhores cuidados de saúde, por exemplo, numa situação de urgência ou pela maior segurança e fiabilidade que traz a um diagnóstico efectuado tendo por base a totalidade do historial clínico de um doente.

O registo permite também elevados ganhos económicos e promove a sustentabilidade do sistema de saúde, já que evita a repetição desnecessária de consultas, exames médicos ou mesmo de tratamentos, desperdiçando recursos. Todos ganhamos, os cidadãos e o sistema de saúde.

QUE IMPACTO TEM O ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL NA PROMOÇÃO DE MAIOR VALOR PARA PORTUGAL?

O associativismo é particularmente favorável ao exercício da democracia, é um importante factor de construção da cidadania, é um elemento definidor da identidade local, e até nacional, e é fundamental para a integração social e para a expressão cultural.

Dito isto, o papel do associativismo empresarial é o da defesa da importância e potencialidade do sector, defendendo os interesses dos seus associados e apontando para a valia da iniciativa privada para os trabalhadores, para a incorporação de valor e a geração de riqueza, pressupostos fundamentais do progresso, da distribuição e da coesão. É essencial para a economia porque encontra pontos comuns em entidades que, muitas vezes competem entre elas e que, assim, passam a

defender posições concertadas e mais próximas do bem comum para todos.

A Confederação que saiu destas eleições é uma instituição mais participada e mais abrangente, conta agora com mais empresas, representa todos os sectores de actividade e de todo o país.

Somos mais de 150 mil empresas que têm 1,8 milhões de trabalhadores. Contribuímos em mais de 70% para a criação de riqueza em Portugal.

Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA

Candidaturas abertas de 1 a 31 de Agosto.

Os alunos que terminam agora o 12º ano com mérito académico-nota de candidatura superior a 17 valores-mas cuja situação financeira é um entrave à frequência do ensino superior têm uma nova ferramenta disponível. A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA arranca este ano, sendo possível concorrer entre os dias 1 e 31 de Agosto.

Com o Alto Patrocínio do Presidente da República, esta iniciativa resulta de um protocolo entre a APIFARMA e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

A Bolsa, no valor de seis mil euros por cada ano lectivo, é atribuída a um máximo de dez novos alunos no seu primeiro ano do curso e acompanhará estes jovens até à finalização do seu ciclo de estudos, seja licenciatura e/ou mestrado.

Para promover a iniciativa, com o objectivo de chegar ao maior número possível de alunos, a APIFARMA lançou uma campanha de divulgação junto da Global Media, com visibilidade no Diário de Notícias, Jornal de Notícias e rádio TSF, que pode ouvir aqui.

Através desta Bolsa, a APIFARMA e o CRUP criaram uma ferramenta de promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior público para os alunos de excelência académica mais carenciados.

CRUP indica o júri da Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA

Responsáveis da Universidade do Minho, do ISCTE-IUL e da Universidade do Porto irão avaliar as candidaturas.

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) já indicou as três personalidades de reconhecido mérito que compõem o Júri da Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA.

Este júri é, assim, composto por:

- **Alexandra Seixas** | Presidente dos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho (SASUM)
- **Joana Alexandre** | Presidente do Conselho Pedagógico do ISCTE-IUL
- **José Miranda Coelho** | Director dos Serviços de Acção Social da Universidade do Porto (SASUP)

Às três personalidades indicadas cabe a avaliação das candidaturas a esta Bolsa, escolhendo os 10 alunos de mérito académico e com insuficiência económica que dela beneficiarão durante a sua licenciatura e/ou mestrado integrado. Por cada ano lectivo serão concedidas 10 bolsas, no valor de 6 mil euros cada uma aos candidatos elegíveis.

7.ª edição Prémios Jornalismo em Saúde

Paula Rebelo vence Prémio Carreira

Parceria entre APIFARMA e Clube de Jornalistas já distinguiu 113 jornalistas.

A cerimónia de entrega dos Prémios Jornalismo em Saúde decorreu no dia 28 de Junho, no Clube de Jornalistas. Na 7.ª edição de um galardão criado pela APIFARMA e pelo Clube de Jornalistas, Paula Rebelo viu o seu trabalho reconhecido com a distinção do Prémio Carreira.

Nesta cerimónia, o Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, garantiu que a parceria com o Clube de Jornalistas vai continuar e mais laureados irão juntar-se aos 113 jornalistas já distinguidos desde 2016.

"Se a missão da Indústria Farmacêutica é inovar, a missão do jornalismo é contar como [essa inovação] se faz", evidenciou Cesário Borga, Vice-Presidente do Clube de Jornalistas.

Atribuindo importância a esta "parceria extraordinária" e ao "virtuoso prémio", o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, destacou o papel fulcral da comunicação social durante a pandemia por COVID-19 e sublinhou que "não há sociedade democrática sem jornalismo livre"– e este prémio "também contribui para um espaço de liberdade".

Ao longo destas sete edições verificou-se uma crescente adesão dos jornalistas e da qualidade das peças jornalísticas apresentadas. Este ano foram submetidos 53 trabalhos. Conheça os vencedores na página ao lado.

Premiados da 7.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde – 2022

Categoria Grande Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas
Margarida Metello, pelo trabalho "Únicos e Singulares", transmitido na RTP.

Prémio Carreira APIFARMA/Clube de Jornalistas
Paula Rebelo dedica-se há anos ao jornalismo televisivo em saúde, tendo dado um contributo ímpar a este género de informação. Tem concorrido regularmente a este concurso com trabalhos de mérito, como o deste ano, intitulado "Uma só Saúde", uma abordagem integrada da saúde ligando ambiente, animais e homem.

Categoria Imprensa
Clara Soares e **Alexandra Correia**, pelo trabalho "Foco – A Ciência da Concentração", publicado na Revista Visão.

Categoria Rádio
Cláudia Godinho, pelo trabalho "Redução de Danos: Entre a droga e a vida", emitido na Antena 1.

Categoria Televisão
Mafalda Gameiro, pelo trabalho "Escuta-me, por favor", transmitido na RTP.

Categoria Jornalismo Digital
Sofia Craveiro, pelo trabalho "Aborto seguro em Portugal: 15 anos de uma lei que tirou as mulheres do banco dos réus", publicado no Gerador.

Prémio Temático – Saúde Digital
Paula Fernandes Teixeira, pelo trabalho "'APP' Auxilia jovens médicos na tomada de decisão e reúne protocolos dispersos", divulgado pela Agência LUSA.

Prémio Universitário Revelação
Patrícia Silva e **Catarina Magalhães**, pelo trabalho "Violência obstétrica: Ninguém nos faz o parto, o parto somos nós que o fazemos", Universidade do Minho.

EFPIA disponível para colaborar na melhoria do pacote farmacêutico europeu

Novos corpos sociais da Federação reforçam a necessidade de um sector farmacêutico resiliente e competitivo ao nível global.

A nova direcção da Federação Europeia de Indústrias Farmacêuticas e Associações (EFPIA) está preocupada com o impacto da proposta de Revisão da Legislação Farmacêutica Europeia. E alerta que, na sua redacção actual, terá o efeito contrário ao desejado tanto pela União Europeia como pela própria Federação, uma vez que, propondo a redução do período de protecção regulamentar de dados (de 8 para 6 anos) irá afectar o investimento global em inovação e a capacidade competitiva europeia nesta área e, decorrentemente, irá tornar mais distante o acesso dos Europeus aos medicamentos inovadores.

Esta foi a conclusão da reunião, em Bruxelas, entre os recém-eleitos corpos sociais da EFPIA, no dia 21 de Junho. O novo Presidente da Federação Europeia, Lars Fruergaard Jørgensen (Novo Nordisk), e os seus Vice-Presidentes, Stefan Oelrich (Bayer AG) e David Loew (Ipsen), apelaram à revisão do documento, manifestando-se disponíveis para colaborar na sua melhoria.

A EFPIA apresentou cinco medidas para robustecer o pacote europeu, entre elas criar incentivos adicionais que fomentem a inovação e respondam aos desafios dos cuidados em saúde. Para a Federação, é necessário abordar em conjunto as barreiras e atrasos na introdução de novos medicamentos, tendo em atenção os dados publicados no Portal Europeu de Acesso, disponível aqui.

Também se deve incluir uma definição mais alargada, e centrada nos doentes, das necessidades médicas não satisfeitas, incentivando investigação nas áreas das doenças raras e crónicas e valorizando a inovação. É essencial ainda assegurar que as cadeias de fornecimento e os requisitos ambientais são proporcionais, de modo a aumentar o fornecimento de fármacos enquanto se reduz o impacto ambiental do sector.

O corolário da versão actualmente proposta pela Comissão para a Revisão da Legislação Farmacêutica Europeia traduzir-se-á, por quebra do investimento na Região, numa diminuição de 25% na I&D europeia e decréscimo dos actuais 25% para 19% nos ensaios clínicos, colocando a Europa fora da competição com a Ásia ou com os Estados Unidos.

"Neste tempo crítico para a Europa, um sector farmacêutico resiliente e competitivo ao nível global é essencial para dar garantias, a longo prazo, à saúde dos europeus, assim como assegurar a autonomia estratégica e o desenvolvimento da economia. Estes objectivos apoiam-se uns aos outros e podem ajudar a manter a Europa forte num mundo em mudança", referiu o Presidente da EFPIA, Lars Fruergaard Jørgensen.

APIFARMA apoia a Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal

Melhorar a saúde mental é um dos objectivos da Associação.

No âmbito da política de Responsabilidade Social que desenvolve, a APIFARMA apoia a Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal (AAOP).

Recentemente, a AAOP lançou uma publicação dedicada ao I Seminário Nacional. Neste evento, subordinado à temática "Saúde Mental no Desporto de Alta Competição", foi discutida, entre outros temas, a vulnerabilidade dos atletas de alta competição para as perturbações psiquiátricas.

Melhorar a literacia em saúde mental e combater o estigma é um dos objectivos da AAOP para o Seminário de 2023 e o apoio da APIFARMA assume também importância na concretização das metas definidas.

APIFARMA celebra protocolo com ICS/UCP

Acordo entre as duas entidades permite mais e melhor conhecimento em Ciências da Saúde.

Os colaboradores das empresas associadas da APIFARMA beneficiam a partir de agora de condições financeiras mais acessíveis que permitem um maior e melhor acesso à formação desenvolvida pelo Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa (ICS/UCP).

Este acesso surge no âmbito de um Protocolo de Cooperação celebrado entre a APIFARMA e o ICS/UCP.

A assinatura deste protocolo decorreu no dia 21 de Junho, na sede da APIFARMA. O documento foi assinado pelo Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, por António Chaves Costa, da APIFARMA, e Maria Clara Melo, Directora Executiva do ICS/UCP.

PODCAST APIFARMA

CLIQUE AQUI PARA OUVIR

Prémios Jornalismo em Saúde

Relatar a humanidade e contribuir para a literacia em saúde é o que move estas duas jornalistas.

As jornalistas Cláudia Godinho e Paula Fernandes Teixeira, duas das vencedoras da mais recente edição do Prémio Jornalismo em Saúde, são as convidadas do podcast de Junho.

O Prémio Jornalismo em Saúde, já na 7.ª edição, é uma iniciativa da APIFARMA com o Clube de Jornalistas, tendo a cerimónia de entrega dos prémios decorrido no passado dia 28 de Junho.

Cláudia Godinho foi a vencedora na categoria rádio pelo trabalho "Redução de Danos: Entre a droga e a vida", emitido na Antena 1. Apesar de não ser jornalista de saúde, Cláudia declara gostar muito da área, que considera "muito interessante".

Recorda que na pandemia foi muitas vezes ao Hospital de Santa Maria, onde se emocionou com frequência e quis transmitir essa emoção, levar "essa humanidade aos ouvintes".

Paula Fernandes Teixeira venceu o Prémio Temático – Saúde Digital, pelo trabalho "'APP' Auxilia jovens médicos na tomada de decisão e reúne protocolos dispersos", divulgado pela Agência LUSA. A jornalista, que começou no desporto e que a pandemia levou à área da saúde, revela também a mesma vontade de fazer chegar aos leitores "a humanidade, o que se estava a passar" nos hospitais durante esse período difícil.

Paula encara o seu trabalho como uma forma de procurar ajudar o país. "Nós que não tirámos nenhuma licenciatura em medicina nem em enfermagem, podemos fazer outra coisa qualquer através do nosso trabalho", explica. "É necessário contar estas histórias, estes temas e falar cada vez mais sobre saúde para contribuir para que exista essa literacia em saúde de que tanto se fala".

Por isso, considera que "faz parte da profissão transmitir a informação da forma mais simples e directa possível, de forma a que as pessoas percebam". Um trabalho que começa com os seus entrevistados, a quem pede para, sem infantilizar, relatarem a mensagem que querem passar "de forma um bocadinho mais simples" para que do outro lado se entenda.

Uma opinião corroborada por Cláudia. A jornalista preocupa-se, primeiro, em compreender o tema sobre o qual está a falar. Depois faz o seguinte exercício: "A minha avó está a perceber? Aquela pessoa que está longe, ali no país, está a perceber o que estou a dizer?". É isso que "é mesmo importante e que faz parte da nossa missão", afirma.

Cláudia Godinho
Jornalista Antena 1

Paula Teixeira
Jornalista Agência Lusa

CLIQUE AQUI PARA OUVIR

"O jornalismo em Saúde é uma área transversal, muito técnica"

Paula Rebelo é a vencedora do Prémio Carreira na 7.ª edição dos Prémios Jornalismo em Saúde.

Jornalista da RTP desde 1997, Paula Rebelo descreve a "honra incrível" e "surpreendente" que representa o prémio, uma iniciativa da APIFARMA com o Clube de Jornalistas, que recebeu no dia 28 de Junho. Confessa até a sua surpresa, pois tinha-se candidatado à categoria Televisão, com a peça "Uma só Saúde", que, a propósito da pandemia, mostra a interligação entre o ambiente, o meio animal, o meio humano e a saúde humana. "Achei que se tinham enganado", revela.

26 anos depois, Paula Rebelo continua a entusiasmar-se com a possibilidade de "transmitir noções de saúde pública e histórias de interesse humano". Um tipo de trabalho que não era habitual no início da sua carreira.

"Mostrar os exemplos positivos que existem em Portugal, e são vários", é outro dos seus interesses e um trabalho que quer continuar a fazer. Por exemplo, "em termos de exportações em saúde, nós temos números e crescimentos incríveis". O outro lado da moeda, comenta, é que "em termos de investigação base, por exemplo, é preciso muito mais apoio. E não faltam jovens, médicos, enfermeiros, profissionais de saúde que o queiram fazer, bem como a interligação com outras áreas", considera.

Sendo uma jornalista especializada em saúde, Paula Rebelo recorda que esta é uma área "transversal, muito técnica, que mexe com o ambiente, com a economia, com administração interna, com a segurança, com as finanças". Uma especialização que lhe fez sentir "a necessidade de aperfeiçoar os conhecimentos" que tinha e cuja falta em muitas redacções a inquieta. "Acho que estamos numa fase muito preocupante, porque, efectivamente, é quase um jornalismo *fast food*" que tantas vezes se pratica. Receia, por isso, "com a crise que vivemos nesta altura, que as redacções não invistam em motivar até os novos colaboradores a encetarem esta especialização".

Valor dos Testes de Diagnóstico na Saúde e na Economia

A APIFARMA vai realizar o encontro "Valor dos Testes de Diagnóstico na Saúde e na Economia" no próximo dia 5 de Julho, pelas 9h30, na Sala Luís Freitas Branco no Centro Cultural de Belém (CCB).

A iniciativa tem como objectivo evidenciar o valor dos testes de Diagnóstico *in Vitro* (DIV) na Saúde, na Economia e na vida das pessoas.

CONHEÇA AQUI O PROGRAMA

Legislação Junho 2023

Vacinas

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2023, de 2 de Junho, autoriza a despesa com a aquisição de vacinas e tuberculinas no âmbito do Programa Nacional de Vacinação para o ano de 2023.

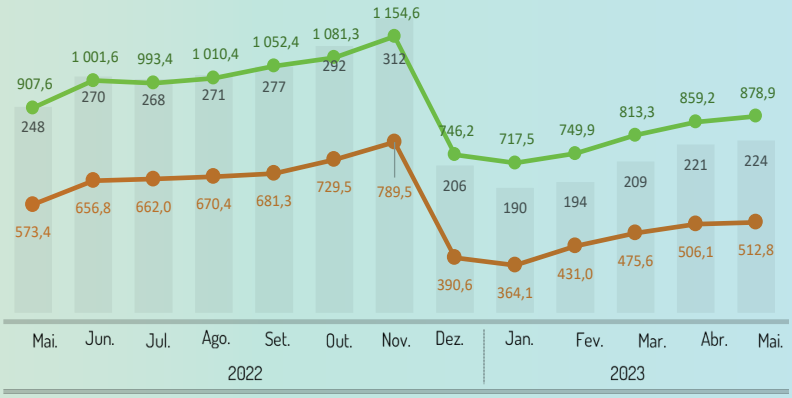
Medicamentos comparticipados

Portaria n.º 160/2023, de 12 de Junho, estabelece a lista de medicamentos manipulados comparticipados a que se refere o n.º 5 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 97/2015, de 1 de Junho, na sua redacção atual.

PHARMA EM NÚMEROS

A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (JUNHO) 2023

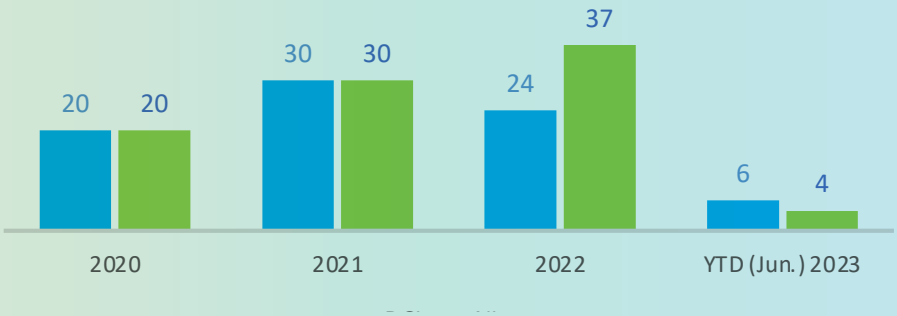
DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

DÍVIDA TOTAL
DÍVIDA VENCIDA
PMR (dias)

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES

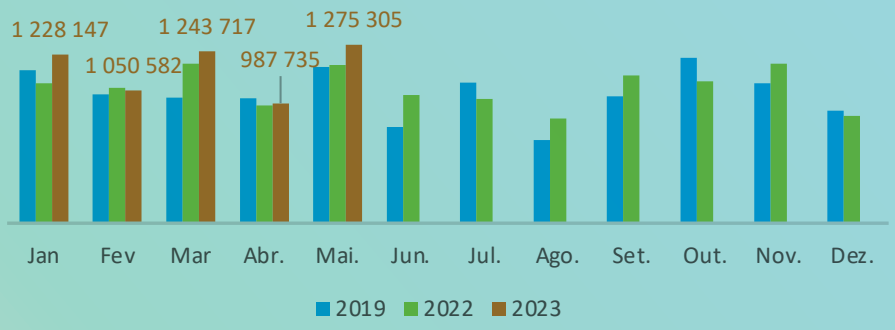


| Portal da Transparência do SNS

NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)
DCIs (novas moléculas)

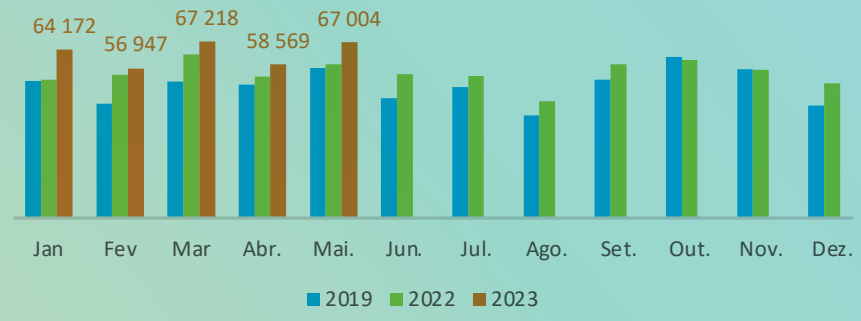
B ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



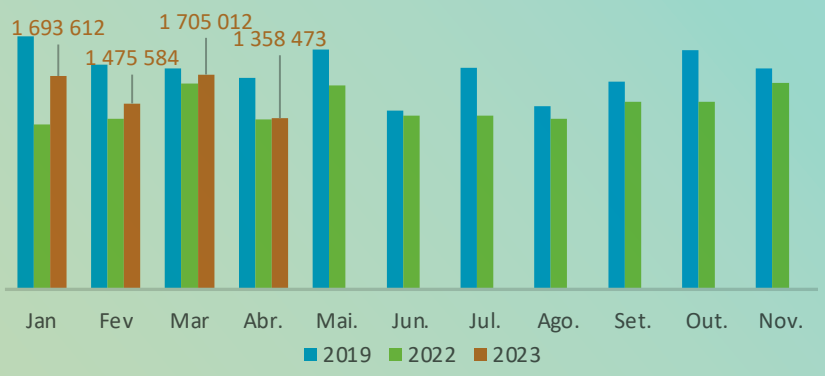
| Portal da Transparência do SNS

N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS



| Portal da Transparência do SNS

N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



| Portal da Transparência do SNS

e·pharma

Newsletter Junho 2023